

Resumo de notícias econômicas

24 de junho de 2021 (quinta-feira)

Ano 3 n. 117

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 24 DE JUNHO DE 2021

BC está em uma encruzilhada entre inflação maior com energia mais cara e PIB menor com racionamento

Broadcast

O Banco Central está 'emparedado' e levanta vários cenários sobre o impacto do setor elétrico para o controle da inflação e a economia neste ano e em 2022. De um lado, a inflação vai ficar pressionada com o aumento na taxa extra na conta de luz, após reajuste na bandeira vermelha ainda a ser definido, com reflexos para o ano que vem. Por outro lado, diretores e técnicos do BC também avaliam se a necessidade de racionamento de energia para evitar um apagão pode aliviar a inflação e conter o crescimento.

Ambas as possibilidades são levadas em conta para definir o rumo da taxa básica de juros, segundo apurou o Broadcast. O BC iniciou em março o processo de alta da Selic para segurar a inflação. Desde então, a taxa saltou de 2%, o menor nível histórico, para 4,25% ao ano.

A perspectiva de que a bandeira vermelha nível 2, hoje em R\$ 6,24 a cada 100 quilowatts-hora (kWh), será reajustada para além de R\$ 7,57 por 100 kWh pela Aneel estava fora do radar da instituição. Foi apenas na semana passada que o órgão regulador reconheceu que será necessário aumentar o valor além do que foi proposto na consulta pública, que previa uma alta de 21%. Isso será incorporado pelo BC a partir de agora.

Mesmo esse aumento adicional na bandeira não cobrirá todos os custos das distribuidoras com a compra de energia. A parte que não é capturada pelas bandeiras ficará para os reajustes anuais em 2022, ano em que as tarifas também serão pressionadas em razão do início do repasse de valores para o pagamento do empréstimo de R\$ 16 bilhões para as distribuidoras - alternativa encontrada para que as concessionárias enfrentassem os efeitos da pandemia de covid-19, que causaram queda no consumo e aumento da inadimplência.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, reconheceu no início do mês, que a falta de chuvas poderia causar impactos não apenas na energia, mas também no preço dos alimentos e, conseqüentemente, na definição da política monetária (ou seja, na calibragem dos juros para o controle da inflação). A manifestação foi feita em evento promovido pelo Bank for International Settlements (BIS) no início de junho.

O Banco Central passou também a estudar os efeitos que um racionamento teria sobre a economia brasileira, a inflação e, conseqüentemente, os juros. Além do acionamento de todas as usinas térmicas, a crise hídrica levou o governo a preparar uma medida provisória que permite a criação de um "programa de racionalização compulsória do consumo de energia elétrica", como revelou o Estadão/Broadcast no último dia 12.

Embora o Ministério de Minas e Energia (MME) tenha negado a possibilidade de um racionamento, a pasta reconheceu que explora "todas as medidas ao seu alcance" para atravessar a crise e não negou a existência da minuta da MP. Também entrou no radar do BC a alternativa ao racionamento, prevista na minuta da MP. Chamado de resposta à demanda, a medida pretende mudar a produção industrial para horários menos visados, numa tentativa de evitar picos no início da tarde que possam levar a apagões. Para isso, as empresas serão remuneradas com o pagamento de um encargo que também vai pressionar a conta de luz, já que a ideia é que o governo "compre" o direito de deslocar esse consumo.

O racionamento de energia vigorou entre 1.º de julho de 2001 e 19 de fevereiro de 2002, período durante o qual a população foi obrigada a cortar o consumo em 20%. As indústrias tiveram que reduzir a produção e o PIB, que havia crescido 4,4% em 2000, desacelerou para 1,4% em 2001. O efeito da crise agora, portanto, seria recessivo e poderia contribuir para diminuir as pressões sobre a inflação.

Na ata da última reunião do Copom, divulgada pelo BC, a crise hídrica foi mencionada de maneira superficial. Para a autoridade monetária, a persistência das pressões inflacionárias se revelou maior do que o esperado, sobretudo entre os bens industriais - a energia é um dos principais insumos do setor. "Adicionalmente, a lentidão da normalização nas condições de oferta, a resiliência da demanda e implicações da deterioração do cenário hídrico sobre as tarifas de energia elétrica contribuem para

manter a inflação elevada no curto prazo, a despeito da recente apreciação do real", disse a ata, ressaltando que o Copom "segue atento à evolução desses choques e seus potenciais efeitos secundários".

Falhas no planejamento, na operação e no modelo de preços explicam crise no setor elétrico

Broadcast

Em meio à pior crise hídrica dos últimos 90 anos, o País volta a discutir os riscos de ter apagões e de apelar a um racionamento – alternativa encontrada para a crise em 2001. Falhas no planejamento e na operação do sistema elétrico, bem como no modelo de formação de preços de energia, são apontadas como as causas por trás da situação que já afeta a inflação, ameaça o crescimento econômico e pode até colocar em xeque o projeto de reeleição do presidente Jair Bolsonaro.

Presidente da PSR, maior consultoria de energia do País, Luiz Barroso afirma que o planejamento do setor é centrado na chamada garantia física, indicador que traduz quanto uma usina contribui para a segurança do suprimento. Ele explica que a garantia física é calculada com base em modelos computacionais que precisam ser aperfeiçoados – a metodologia foi definida em 2004. “Ela não representa a expectativa de produção de uma usina, e sim seu valor econômico ao sistema”, diz.

Um exemplo é Belo Monte, no Pará, que tem uma garantia física de 4.571 megawatts médios. O número não representa com precisão a característica de uma usina a fio d’água e que depende das chuvas: nos meses úmidos, gera o triplo da energia produzida em meses mais secos, em que a capacidade é de 1.963 megawatts médios. Isso significa que, nos meses úmidos, Belo Monte gera o suficiente para abastecer famílias e empresas dos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Nos secos, a produção é capaz de suprir apenas Pernambuco.

Se não traduz o que ocorre com a geração de energia, a garantia física é usada como referência para o quanto elas podem vender em contratos – ou seja, possui importância comercial. É por isso que há resistência a qualquer iniciativa do governo de recálculo das garantias físicas e de ajuste desses números para patamares mais realistas.

Nos últimos 20 anos, destaca Barroso, houve só uma revisão, em 2017, e ainda assim muitas empresas foram à Justiça para não perder receita. Uma garantia física superestimada, como a que o País tem hoje, significa, também, menor necessidade de contratação de mais usinas em leilões para ofertar energia porque o sistema diz que a quantidade é suficiente.

Além disso, o modelo de cálculo de preços, também usado para estimar a garantia física, não representa em detalhes o parque gerador. Tampouco é alimentado com dados relativos às mudanças climáticas, que afetam as chuvas, e ao uso múltiplo das águas.

Outro fator que a Barroso destaca é que a performance das hidrelétricas tem sido pior do que o esperado já há alguns anos. Em 2012, a sua consultoria estimou que as usinas gastavam 4% a mais de água do que o necessário para produzir um mesmo megawatt-hora – hoje, gastam 2%, nível ainda ruim. Entre as hipóteses, estão assoreamento de reservatórios, turbinas antigas e até roubo de água para irrigação e piscicultura, além de restrições não capturadas no modelo de planejamento.

“Em muitas usinas, não conseguimos armazenar mais água porque precisamos manter um fluxo mínimo de água para atender outros usos. E isso não é bem representado no cálculo da garantia física pela simplificação do modelo”, diz. “Em momento de estresse, o ideal é fechar o ralo para encher a pia, mas isso não é simples.” Para ele, o sistema vai mudar, com hidrelétricas como bateria, compensando a geração das fontes intermitentes, como solar e eólica. “As renováveis ajudam a compensar a variabilidade das hidrelétricas”, afirma.

O ex-diretor geral do ONS Luiz Eduardo Barata concorda. Ele defende a expansão do parque de eólicas e solares. “As térmicas nos ajudam a reduzir esse tipo de problema, mas continuo achando que não são a solução. Precisamos colocar mais fontes renováveis, como eólica e solar, a ponto de recuperar os níveis dos reservatórios”, afirma.

Veto de Bolsonaro à atuação da Sudene em Minas Gerais opõe Pacheco e Guedes

Broadcast

O veto do presidente Jair Bolsonaro a um projeto para aumentar a área de atuação da Sudene opôs o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), desencadeando uma crítica pública do parlamentar à pasta. Pacheco foi ao Twitter dizer que o ministério é "alheio à realidade das cidades brasileiras e com a costumeira insensibilidade social". Nos bastidores, integrantes da equipe econômica dizem que Pacheco fala para os seus eleitores e que a medida contraria as regras fiscais. Nas últimas semanas, o senador vem dando recados a Bolsonaro em um movimento para as eleições de 2022.

A Sudene é vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, comandado por Rogério Marinho. No mês passado, o Senado desengavetou um projeto de 2017 e aprovou a proposta incluindo 78 municípios de Minas Gerais e quatro municípios do Espírito Santo na área de atuação da autarquia, responsável por tocar projetos de forte apelo eleitoral no Nordeste.

Pacheco liderou a articulação para aprovação da proposta e se movimenta para derrubar o veto presidencial, decisão que depende de deputados federais e senadores em uma nova sessão do Congresso. A medida abre caminho para que os parlamentares turbinem os recursos da autarquia com emendas no Orçamento de 2022 e abasteçam redutos em ano eleitoral. Além disso, pavimenta uma série de benefícios fiscais a empresas instaladas nesses municípios. Pacheco lamentou a decisão. "Lamento que o Ministério da Economia, alheio à realidade das cidades brasileiras e com a costumeira insensibilidade social, tenha criado obstáculos técnicos inexistentes para levar o presidente Bolsonaro a vetar um dos principais projetos de desenvolvimento de Minas Gerais", escreveu o presidente do Senado.

Interlocutores do presidente do Senado lembram que o veto foi mais uma de uma sequência de insatisfações com o ministro Paulo Guedes. Na discussão sobre a retomada do auxílio emergencial, no início deste ano, o Senado pressionou por um novo benefício de R\$ 300, valor com o qual a equipe econômica não concordou. Com a reforma tributária, foi outro impasse. Guedes defendeu o fatiamento da medida e se

recusou a aprovar um fundo de compensação para Estados e municípios. Pacheco, por sua vez, insistiu na proposta ampla discutida na comissão mista, formada por deputados e senadores.

Mais de 160 empresários e intelectuais enviam carta a Lira contra retrocesso ambiental

Folha de São Paulo

Uma carta assinada por mais de 160 empresários e figuras públicas foi enviada ao presidente da Câmara, Arthur Lira, pedindo o veto a três projetos de lei da área ambiental que podem gerar "prejuízos irreversíveis" às companhias brasileiras e à imagem do país.

O documento é assinado por nomes como Roberto Klabin, membro do conselho da empresa de celulose Klabin, Guilherme Leal, da Natura, Walter Schaka, da Suzano, Luiz Fernando Furlan, ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Nelson Sirotsky, ex-presidente do Grupo RBS, e a economista Elena Landau.

A missiva se opõe diretamente às propostas legislativas 984/2019, 490/2017 e 2633/2020, relacionadas a mudanças na legislação ambiental, com impacto na demarcação de terras indígenas, na mineração nessas áreas e na grilagem de florestas. Questionado sobre a carta, Lira afirmou que o documento ainda será analisado.

Os postulantes dizem que a aprovação dos projetos provocaria uma enorme insegurança jurídica e que eles vão contra a Constituição Federal. A carta alerta para a crise hídrica e para o desmatamento florestal, que impactam diretamente a economia, já que a falta de chuva prejudica os reservatórios e eleva o custo da energia elétrica, repassado aos produtores e ao faturamento das empresas.

"Além disso, com reservatórios secos, o racionamento de energia e possíveis apagões não podem ser descartados. Como as florestas são verdadeiras fábricas de água, sua destruição está diretamente ligada à diminuição do regime das chuvas", afirma o documento.

Eles dizem que os parlamentares estão, na maioria, negando fatos cientificamente comprovados e que estão prestes a aprovar projetos de lei que alteram

profundamente a legislação ambiental, "já sacramentada por vários governos e décadas de discussões, os quais agravarão sensivelmente esta já calamitosa situação".

O PL 984/2019 é classificado no documento como um dos maiores retrocessos dos últimos tempos por interferir no Sistema Nacional de Unidades de Conservação e criar a categoria "estrada-parque". "No mundo desenvolvido, estradas-parque são instrumentos que favorecem a conservação, para proteger paisagens lineares e biodiversidade. O PL 984, porém, distorce o conceito, pois permite o desmatamento para abertura de estradas em áreas protegidas por lei, como parques nacionais", diz um trecho.

Com esse projeto, mais de 2.500 unidades de conservação seriam cedidas à abertura de estradas, o que permitiria a destruição de florestas do Parque Nacional do Iguaçu, último grande remanescente de Mata Atlântica Estacional do Sul do Brasil, segundo a missiva.

O Plano Safra possível, mas com foco ambiental

Broadcast

Um plano do tamanho que o Estado brasileiro suporta. Assim um dirigente rural avaliou o Plano Safra 2021/2022, anunciado pelo governo federal na terça-feira passada. Com recursos totais de R\$ 251,2 bilhões para custeio, investimentos, comercialização e industrialização, é o plano que a desconfortável situação fiscal do governo permite ser executado.

O valor é 6,3% maior do que o do plano anterior, uma variação próxima da inflação observada no momento. Ou seja, não há aumento real notável. Mas o Plano 2021/2022 tem alterações em relação ao anterior que lhe dão um aspecto inovador. Atenção especial mereceu o Programa para Redução de Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC), cuja principal linha de financiamento aumentará 101%.

Do total anunciado, R\$ 165,2 bilhões serão para operações com juros controlados. Dessa parcela, R\$ 91 bilhões terão subvenção do governo. Para a equalização dos juros, o Tesouro Nacional destinou R\$ 13 bilhões (no plano anterior, foram R\$ 11,5 bilhões). As taxas de juros para todas as operações serão maiores.

Os recursos destinados a investimentos terão o expressivo aumento de 29%, devendo chegar a R\$ 73,4 bilhões. Os recursos para pequenos produtores serão 19% maiores. Para o programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foram destinados R\$ 39,34 bilhões, sendo R\$ 21,74 bilhões para custeio e comercialização e R\$ 17,6 bilhões para investimentos. Também é expressivo o aumento de recursos para a construção de armazéns. O valor de R\$ 4,12 bilhões para essa finalidade é 84% maior.

Também o seguro rural foi ampliado. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) informa que, com esse aumento, o seguro rural será mais do que duplicado no atual governo. Para 2022, a subvenção ao Prêmio do Seguro Rural será de R\$ 1 bilhão, o que permitirá a contratação de 158,5 mil apólices, para a proteção de 10,7 milhões de hectares, com valor segurado de R\$ 55,4 bilhões.

“Nas próximas décadas, a produção agrícola mundial deverá crescer em sintonia com a conservação ambiental, porém sem descuidar dos ganhos de produtividade e da inclusão social”, prevê a ministra da Agricultura, Tereza Cristina. “Graças à ciência e à inovação, o Brasil será protagonista desse processo.”

Guedes indica alíquota menor para indústria em nova contribuição

Broadcast

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que a reforma tributária poderá prever uma alíquota de 10% para a indústria na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), tributo que deve ser criado com a unificação do PIS e da Cofins. A declaração foi dada em evento virtual organizado pela Fiesp. O projeto enviado pelo governo ao Congresso Nacional previa uma alíquota de 12% da CBS para todos os setores, com exceção dos bancos. Há duas semanas, em evento com o setor de serviços, Guedes já havia dito que a CBS poderia ter duas alíquotas – uma de 12% para a indústria e outra menor para comércio e serviços, o que provocou reclamação dos segmentos industriais.

“Pode ser que coloquemos alíquota de 10%”, afirmou Guedes, em resposta a um questionamento feito pelo empresário Josué Gomes. Candidato em chapa única à presidência da Fiesp, Gomes disse que a entidade tem estudos mostrando que uma alíquota entre 8% e 9% seria “mais do que suficiente” para manter a arrecadação e evitar o aumento de carga tributária.

Até o momento, o governo só enviou ao Congresso a proposta de criação da CBS, como parte do pacote de reforma tributária. A expectativa é que a próxima fase contemple mudanças no Imposto de Renda para pessoas físicas e jurídicas, com aumento da faixa de isenção e tributação sobre lucros e dividendos.

Guedes disse que a discussão envolvendo um imposto sobre valor agregado (IVA), que reuniria tributos estaduais e municipais, poderá ser feita no Senado, após a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da proposta de reforma tributária enviada pelo governo.

“O risco de incluir Estados na discussão na Câmara é não aprovar até o fim deste ano. Vamos aprovar IVA federal na Câmara e integrar Estados e municípios no Senado”, afirmou. O ministro disse ainda que o governo tentará discutir o fim do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na tramitação da reforma tributária no Senado, mas que isso terá de ser feito pensando nos “efeitos colaterais”.

Vero Internet planeja IPO de até R\$ 1,5 bi em outubro

Broadcast

A provedora de internet Vero, da gestora de recursos Vinci Partners, já contratou os bancos que devem levar a companhia à Bolsa. Itaú BBA, BB-UBS, XP, Jpmorgan e BTG Pactual foram escolhidos para a oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) que pode movimentar até R\$ 1,5 bilhão. Os bancos devem começar a sondar investidores, e a operação pode acontecer em outubro, após a divulgação dos números do segundo trimestre da companhia. A Vero foi criada em 2019 com a compra e fusão de oito provedores de banda larga de Minas Gerais – BD Online, NWNET, Efibra, Powerline, G4 Telecom, Viaceu, Viareal e City10 – pela gestora. Nesta semana, ela encaminhou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) um pedido para funcionar como companhia de capital aberto.

Outras empresas regionais de telecomunicações estudam a abertura de capital, mas ainda sem bater o martelo em relação ao momento certo. Entre elas, as holdings Eb Fibra e Triple Play, que agrupam vários provedores.

O IPO da nordestina Brisanet previsto para julho e que deve movimentar R\$ 2 bilhões, é visto como termômetro do apetite de investidores. As ofertas da operadora Unifique e da provedora de internet por fibra óptica Desktop também estão previstas para julho.

Briga pelos escritórios de agentes autônomos

Broadcast

O Modalmais esquentou a disputa pelos escritórios de agentes autônomos. O banco, que tem como sócio o Credit Suisse, fechou acordo com três escritórios do Sul plugados à XP, para reforçar sua rede na região. A Nova Capital, de Santa Catarina, e os paranaenses Valore e Elbrus, que somam mais de R\$ 2 bilhões sob custódia, devem ter as operações expandidas como parte do acordo. Na trilha dos concorrentes, o Modalmais também pretende se tornar sócio de escritórios que desejem migrar para uma estrutura de corretora. Ainda quer reforçar a presença no Sudeste. O Modalmais tem aproximadamente R\$ 25 bilhões sob gestão em sua plataforma, a partir de 30 escritórios, com 160 agentes autônomos.

Em nota, a XP afirma que escolheu não seguir a parceria que mantinha com essas operações, por não fazer sentido no longo prazo tanto para seus clientes quanto em relação às perspectivas de crescimento futuras.

Crescimento do mercado Imobiliário

Broadcast

Após um leve represamento dos negócios imobiliários em abril, com as restrições ao comércio por causa da pandemia, os lançamentos e as vendas explodiram em maio, atingindo os pontos mais altos para o mês em 17 anos, desde o início das medições.

Pesquisa do Sindicato da Habitação (Secovi-sp) mostra que as vendas em maio chegaram a 5.883 apartamentos novos na capital paulista. O resultado foi 44,1%

superior a abril e 144,6% acima de maio de 2020 - quando os estandes estavam fechados. No acumulado em 12 meses, foram vendidas 60.602 unidades, alta de 20,5%, patamar recorde.

Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.

Assessoria de Comunicação – Sedet

Fone: (85) 3444.2900

www.sedet.ce.gov.br

MERCADOS E ÍNDICES SELECIONADOS

DADOS DEMOGRÁFICOS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Área Km2	148.894	-	8.510.295	
População	9.187.103	57.374.243	211.755.692	
Dens demográfica hab/km2	56,76		22,43	

Fonte: IBGE

INDICADORES SOCIAIS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Índice de GINI:	0,6193	0,6277	0,6086	
Renda domiciliar per capita R\$	942	-	2.398,00	
Expectativa da Vida	74,1	-	76,7	2017
IDH	0,68	-	0,765	2010

Fonte: IBGE

DADOS ECONÔMICOS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
PIB	R\$ 156,1 BI	-	R\$ 6,90 TRI	2020
Saldo da Balança Comercial (Em Mi US\$)	-318,8 (12º)	-	7.907,8	Jan-Mar/2021
Estoque do Volume de Crédito	87,76 BI		4,05 TRI	Fev/2021
INFLAÇÃO				
	RMF	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Meta	-	-	3,75	2021
IPCA (Acumulado no Ano)	3,36		2,37	04/2021

Fonte: Banco Central, ME e IBGE

MERCADO DE TRABALHO				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Contratações	150.989	812.613	6.406.478	Jan-Abr/2021
Demissões	130.963	724.037	5.448.589	Jan-Abr/2021
Saldo de Empregos Gerados	20.026	88.576	957.889	Jan-Abr/2021
Desocupação (%)	14,4	17,2	13,9	4 TRI 2020
Nível de Ocupação (%)	42,8	41,6	48,9	4 TRI 2020
População em Idade de Trabalho	7.620 (100%)	46.767 (100%)	176.362(100%)	4 TRI 2020
Força de Trabalho (mil)	3.808 (50%)	23.484 (50%)	100.104 (57%)	4 TRI 2020
Ocupada (mil)	3.260	19.455	86.179	4 TRI 2020
Desocupada (mil)	548	4.029	13.925	4 TRI 2020
Fora da Força de Trabalho (mil)	3.812 (50%)	23.283 (50%)	76.258 (43%)	4 TRI 2020

Fonte: IBGE e ME

Total de Empresas Ativas -2021				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Empresas Ativas	600.790	3.462.249	19.907.733	2020

Fonte: ME

Abertura/Fechamento de Empresas – Ceará -2018 a 2021					
Especificação	Total do Ano			2021	
	2018	2019	2020	Maio	Até Maio
	Abertura	69.981	84.948	89.084	8.455
Fechamento	71.796	31.501	27.463	2.735	14.638
Saldo	-1.815	53.447	61.621	5.720	31.048

Fonte: JUCEC

CONDEC – 2020 e 2021				
Quantidade	Protocolos (Atraídos)		Resoluções (Implantados)	
	2020	2021 (Até Maio)	2021	2021 (Até Maio)
Investimentos Privados Projetados (R\$)	881.278.406,90	66.902.080,54	165.696.341,37	48.222.455,48
Emprego Direto Projetados	7296	1297	1965	10

Fonte: ADECE

PECEM – Total de Movimentação de Cargas (Toneladas) – 2018 a2021					
Período	Total do Ano			2021	
	2018	2019	2020	Abril	Até Abril
		17.214.859	18.096.308	15.930.483	1.755.051

Fonte: CIPP